

LICITAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA/MA

Pregão eletrônico nº 056/2023

Processo administrativo nº 21.756/2023

1. DA TEMPESTIVIDADE

Em **20 de novembro de 2023**, via *chat* do presente pregão eletrônico, o pregoeiro admitiu a intenção de recurso desta licitante, determinando o prazo de três dias para a apresentação das razões, conforme o item 11.2.3. do edital.

Neste sentido, o termo final para a apresentação das razões do recurso finda-se em **23 de novembro de 2023**.

Portanto, o presente recurso é plenamente tempestivo.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO

Inicialmente, insta frisar que o presente recurso se faz necessário uma vez que, evidentemente, a proposta apresentada pela licitante C&E Gestão Ambiental Ltda. carrega vícios discrepantes nos cálculos que possam admitir a exequibilidade da prestação de serviços objeto da presente licitação, pois, por exemplo, a planilha orçamentária não contempla todos os custos necessários para a operação completa e os valores de custos apresentados são fictícios, bem como porque não foram cumpridos outros requisitos referente à documentação requerida no edital.

Desta maneira, se a referida proposta for definitivamente escolhida, claramente se tornará impraticável a prestação dos serviços com o mínimo aceitável de qualidade, pelo que restará demonstrado neste recurso.

2.1. Dos Vícios na Planilha de Composição de Custos – Valores Inexequíveis.

O primeiro ponto a ser evidenciado, trata-se dos valores apresentados na proposta da licitante C&E Gestão Ambiental Ltda., haja vista que esta apresentou custos abaixo da realidade, de modo que é nítida a manipulação dos preços de custos para se enquadrar na melhor proposta da licitação factível.

Neste sentido, verifica-se que os valores demonstrados pela referida licitante são irreais frente aos verdadeiros custos para a viabilidade da operação.

Para melhor exemplificar os vícios e manipulações dos preços da proposta guerreada, segue abaixo as divergências identificadas na **Planilha de Composição de Custos**:

1ª) Referente ao **item 2 – mão de obra – motorista:**

Neste item verifica-se que a licitante confrontada, informou valores dos custos mensais de mão de obra irreais, uma vez que o salário de motorista aduzido não condiz com o verdadeiro salário da categoria definido em **convenção coletiva de trabalho, em anexo**, de modo que na planilha apresentada consta salário de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), quando na verdade o salário convencionado é de R\$ 1.991,97 (mil novecentos e noventa e sete reais) – categoria b (documento em anexo).

Ademais, no mesmo item, a licitante apresentou custos de encargos trabalhistas diversos da realidade. Isso se observa nos percentuais indicados como sendo de INSS, FGTS, Férias, Adicional de férias, décimo terceiro e (erroneamente) Adicional de periculosidade. A exemplo disso, o percentual utilizado referente ao INSS foi de 8%, quando, inclusive sobre insalubridade e periculosidade, deveria seguir as seguintes alíquotas legais: a) INSS empresa = 20%; b) INSS terceiros = 5,80%; c) INSS RATXFAP = 3%. A licitante também não incluiu na planilha os custos descritos, e obrigatórios, decorrentes da convenção coletiva **MA000126/2023** registrada no **MTE em 16/06/2023**, que são as diárias de alimentação, pernoite e o auxílio alimentação. Uma vez ajustado ao salário base e, recalculado dentro dos padrões fiscais vigentes, o valor mensal somente desse item seria de R\$ 6.216,82 (Seis mil duzentos e dezesseis reais oitenta e dois centavos) ou seja, um acréscimo mensal só nesse item de R\$ 3.232,23 (Três mil duzentos e trinta e dois e vinte e três centavos), conforme planilha detalhada anexa.

2ª) Referente ao **item 2 – mão de obra – ajudante:**

Neste item, incorre nos mesmos vícios em relação aos custos e encargos trabalhistas retro mencionados (INSS), Uma vez recalculado dentro dos padrões fiscais previdenciários vigentes, o valor somente desse item seria de R\$ 7.079,92 (Sete mil setenta e nove reais noventa e dois centavos), ou seja, um acréscimo mensal somente nesse item de R\$ 2.600,94 (dois mil seiscentos reais e noventa e quatro centavos), conforme planilha detalhada anexa.

Claramente se pode observar que houve uma subestimação dos custos com RH necessários para o serviço licitado onde demonstrou-se de forma clara um custo real total de **R\$ 13.296,74 (treze mil duzentos e noventa e seis reais setenta e quatro centavos)** bem acima dos R\$ **7.463,57 (Sete mil quatrocentos e sessenta e três reais cinquenta e sete centavos)** informado pela licitante.

3ª) Referente ao **item 4 – combustível e manutenção:**

Neste item, primeiramente a licitante impugnada apresentou a quilometragem do percurso diversa da realidade, uma vez que não considerou a periodicidade completa da operação, que seria de 4,5 semanas/coletas e não apenas 4 em vista do mês não possuir apenas 28 dias. Dessa forma, portanto a quantidade de 4.240 Km/mês está incorreta, onde a correta seria 4.454 Km, o que certamente implica no valor final do custo de combustível apresentado. Considerando que a licitante estabeleceu o custo de R\$ 1,20 (Hum real e vinte centavos) no transporte dos resíduos seu custo real sairia dos R\$ 5.088,00(Cinco mil e oitenta e oito reais) informado, para R\$ 6.039,40(seis mil trinta e nove reais e quarenta centavos), conforme planilha anexa.

4ª) Referente **à tabela de itens necessários para a operação, conforme edital (tabela 2):**

A licitante impugnada não declarou na planilha de custos todos os itens necessários para a realização das atividades da prestação do serviço, como por exemplo, Bombonas de 100 L; Descartex; Resíduos do grupo B, omitindo, portanto, os custos totais da prestação de serviço.

Vejamos a tabela prevista no edital que não fora cumprida pela licitante impugnada:

3.3. A **TABELA 2** demonstra o quantitativo previsto de cada tipo de resíduo, bem como as suas respectivas unidades de medidas. A previsão desse quantitativo é referente a um período de 12 (meses).

TABELA 2: Quantidade PREVISTA para 12 (doze) meses.

LOTE UNICO- SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				
ESPECIFICAÇÃO (GRUPOS)	UND	QUANTIDADE PREVISTA	VLR. UNIT.	VALOR TOTAL
A – resíduos infectantes	BOMBONAS 200 LTS (UNIDADE)	2.376	216,67	514.807,92
A – resíduos infectantes	BOMBONAS 100 LTS (UNIDADE)	528	115,00	60.720,00
A – resíduos infectantes	CARCAÇAS DE ANIMAIS (KG)	40.000	12,60	506.800,00
B – resíduos químicos	KILOGRAMA (KG)	2.376	9,33	22.168,08
E – resíduos perfurantes ou escarificantes	DESCARTEX 13 LTS (UNIDADE)	528	54,00	28.512,00
E – resíduos perfurantes ou escarificantes	DESCARTEX 20 LTS (UNIDADE)	1.980	78,33	155.093,40

Conclui-se portanto que, quando expostos em uma planilha real os custos informados da licitante são bem abaixo dos custos real da prestação desse serviço aumentando em R\$ 8.414,97 passando dos 31.755,70 informados para os reais R\$ 40.170,67, Assim, portanto, verifica-se dos cálculos apresentados pela licitante C&E Gestão Ambiental Ltda., que não

basta o valor final ser atraente, quando os custos da operação não são reais e viáveis minimamente para a prestação correta do serviço desejado.

2.2. Da Grave Infração Sanitária – Da Ausência de Alvará Sanitário de Órgão Competente.

Noutra senda, no que tange ao alvará sanitário apresentado pela licitante impugnada, verifica-se que se trata de alvará municipal, quando na verdade é necessária apresentação de alvará de competência estadual, **consoante Resolução nº 88/2020 – CIB/MA – Secretaria de Estado da Saúde (fl. 9 – doc. em anexo)**, configurando, assim, não somente o descumprimento dos requisitos do edital, mas também uma grave infração sanitária, devendo ser denunciada ao poder público.

Neste sentido, pelo fato da empresa licitante já estar com seu funcionamento irregular, passível das punições legais ante à grave infração sanitária que está cometendo, é que se faz indispensável a sua desclassificação, bem como denúncia ao órgão fiscalizador competente.

Para demonstrar a gravidade da situação, insta frisar que a licitante impugnada não poderia estar em pleno funcionamento, tampouco ser escolhida para a prestação do serviço objeto desta licitação, pois o alvará sanitário requerido é indispensável para garantia da segurança e da qualidade do serviço prestado à população. Desse modo, ao não seguir as normas sanitárias, a empresa licitante não tem assegurado o cumprimento das práticas que não sejam prejudiciais à saúde pública.

Assim, conforme **art. 10, XLI, da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977**, que dispõe sobre as infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, a punição para a empresa que opere a prestação de serviços de interesse da saúde pública, que descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, deverá ser advertida, interditada, deverá ter a autorização de funcionamento cancelada e ser multada.

Portanto, não pode a licitante impugnada com seu funcionamento irregular figurar como candidata desta licitação, sequer ter a proposta vencedora, posto que evidentemente não cumpre os requisitos do edital, bem como porque está irregular perante ao órgão público fiscalizador competente da sua atividade fim.

Sendo assim, por mais este motivo, resta comprovada a necessidade de desclassificação da proposta da licitante C&E Gestão Ambiental Ltda., vez que não se enquadrou nos requisitos legais para a devida prestação de serviço objeto da licitação.

2.3. Da Falta de Apresentação da CNH dos Trabalhadores (item 9.6.4.14)

Por fim, em análise aos documentos colacionados pela licitante impugnada, constatou-se, também, a ausência da CNH dos trabalhadores, consoante requisito do item 9.6.4.14. do edital, de modo que apresentou apenas as carteiras de trabalho.

3. REQUERIMENTO

Ante todo o exposto, conclui-se que, apesar da proposta da licitante C&E Gestão Ambiental Ltda. parecer mais atraente, verifica-se que tais valores de custos estão equivocados e para além da realidade, de modo que são impraticáveis para a prestação do serviço com qualidade.

Além disso, a proposta da licitante em questão não cumpriu com os requisitos legais e do edital, quais sejam, a apresentação do devido Alvará Sanitário Estadual e a Carteira Nacional de Habilitação dos trabalhadores.

Dessa forma, portanto, se faz necessária e requer-se a desclassificação da licitante impugnada no presente processo administrativo.

Por último, requer a expedição de ofício à Vigilância Sanitária do Estado do Maranhão para tomar conhecimento de que a licitante impugnada, C&E Gestão Ambiental Ltda., funciona e participa de licitações no Estado do Maranhão sem o devido Alvará Sanitário Estadual.

ECOSERVICE GESTAO E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA

CNPJ nº 01.897.642/0001-06